

Outras economias no pós-pandemia

Sibelle Cornélio Diniz

Bruno Siqueira Fernandes

Tomás de Faria Balbino

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 trouxe relevo para os diversos aspectos da crise multifacetada, ou das múltiplas crises, que marcam a sociedade contemporânea. A necessidade de se concentrar o olhar para os nossos cotidianos, lares e lugares escancarou os limites do sistema econômico capitalista e dos princípios que governam seu funcionamento. A forma heterogênea com que a pandemia afetou os diferentes grupos sociais e as distintas respostas adotadas, tanto no âmbito dos Estados quanto da sociedade civil, apresentam novos desafios, mas também novos caminhos para se pensar em alternativas ao sistema econômico vigente.

Na pandemia, ficou evidente a necessidade de construção, ou mesmo de reconstrução, de uma economia que esteja a serviço da sociedade e da vida (França Filho *et al.*, 2020; Santos, 2020; Cavallero e Gago, 2020). A suposta necessidade de escolha entre “economia” e “saúde”, ou entre o crescimento econômico e a vida, colocada por agentes, evidencia a incapacidade do sistema em fornecer respostas satisfatórias para as crises que se apresentam no horizonte do Antropoceno. A necessidade de sobrevivência e de articulações desde baixo fez surgir e fortalecer diversos movimentos coletivos de solidariedade e de apoio mútuo na sociedade civil organizada, nos bairros, nas vizinhanças, nas famílias e nas universidades (Hespanha, 2020). No âmbito dos organismos multilaterais e de alguns governos nacionais e subnacionais, os debates em torno da constituição e do fortalecimento da chamada *economia social e solidária* e do trabalho decente

ganharam espaço e até mesmo assumiram certo caráter de urgência diante da desarticulação das estratégias no nível do Estado (UNTFSSSE, 2020; Molina *et al.*, 2020; Souza; Augusto Junior, 2021).

Neste capítulo, discutimos as possibilidades das outras economias no contexto do pós-pandemia. Na primeira seção, discutimos a constituição histórica das outras economias e as principais abordagens contemporâneas que compreendem essas práticas como parte fundamental da dinâmica socioeconômica dos países periféricos. Na segunda seção, tratamos especificamente do contexto pandêmico em sua relação com os olhares críticos existentes sobre o sistema econômico e a emergência da busca por alternativas. Na terceira seção, discutimos as possibilidades colocadas para as outras economias a partir do contexto pandêmico e pós-pandêmico. Por fim, traçamos algumas linhas de ação possíveis que poderão contribuir para a compreensão, o mapeamento, a visibilização e o fomento das outras economias no pós-pandemia. Como ficará claro ao longo do texto, as outras economias já existem e são responsáveis pela reprodução da vida de grande parte dos setores populares nos países do Sul Global. Sua visibilização e fomento são de extrema urgência para a criação de novas oportunidades de trabalho digno e distribuição de renda, bem como para o fortalecimento de redes de ajuda mútua com capilaridade superior às alternativas públicas e privadas.

1. O QUE SERIAM / O QUE SÃO AS OUTRAS ECONOMIAS?

Desde o final do século XX, uma série de autores e autoras do Sul Global vêm buscando alternativas para descrever e teorizar o fenômeno comumente denominado de “economia informal”. A literatura do desenvolvimento econômico, em particular a que lidava diretamente com os países periféricos e subdesenvolvidos, via a economia informal como parte de um setor tradicional e atrasado que deveria ser superado e englobado no setor moderno e propriamente capitalista da economia. Esse discurso, no entanto, não refletia o que se observava diretamente na realidade desses países, uma vez que, mesmo com o emprego de estratégias de modernização (entendida, naquele momento, como industrialização), esses setores ditos tradicionais persistiam e até mesmo se intensificavam numa dinâmica de complementaridade com as atividades econômicas do setor moderno. Além disso, ao longo do tempo, o setor considerado atrasado revelou ser responsável pela reprodução de grande parte de trabalhadores e trabalhadoras em condições de vulnerabilidade social.¹

1. Ver Diniz (2016).

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2008) foi um dos primeiros a evidenciar a dinâmica própria que regia a relação entre esses dois setores. Para Santos, as economias urbanas dos países latino-americanos seriam formadas por dois circuitos: um circuito superior, caracterizado por atividades econômicas monopolísticas com ampla capacidade de articulação com os mercados internacionais, intensivas em investimentos de capital e com aplicação de tecnologias de ponta; e um circuito inferior, composto por atividades de caráter popular que se orientam e se articulam desde o nível local, de baixa escala e intensivas em trabalho, com pouca tecnologia agregada. No circuito superior, as firmas entram em uma dinâmica de competição ditada pelo mercado internacional e buscam, assim, a maximização do lucro e a acumulação de capital. Já no circuito inferior, ao contrário, “a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida” (Santos, 2008, p. 102). Apesar das diferentes características dos dois setores, Santos insiste que esses dois circuitos funcionam de forma indissociada, na medida em que o circuito inferior acaba se tornando responsável por atender determinadas lacunas do circuito superior por meio da disponibilização de produtos e/ou da prestação de serviços.²

Na esteira desta discussão, uma série de outros teóricos latino-americanos do campo dos estudos urbanos passaram a se debruçar sobre as atividades do circuito inferior, utilizando termos variados para descrever o que encontravam: economia popular, economia dos setores populares, polo marginal, entre outros. Em todos os casos, trata-se do entendimento de que as categorias de economia informal e de setor tradicional acabam obscurecendo a multiplicidade de práticas e de lógicas que operam nessas atividades e contribuem para a subteorização das dinâmicas que constituem as economias latino-americanas e periféricas.

José Luis Coraggio, desde a década de 1990, vem insistindo no uso do termo *economia popular* para descrever um conjunto de práticas econômicas i) que se organizam em torno da *unidade doméstica* - i.e. grupos familiares, vínculos de amizade, comunidades étnicas, associações e cooperativas, entre outros, que utilizam o espaço de moradia coletiva como espaço de produção; ii) que dependem do *fundo de trabalho* de seus integrantes (suas capacidades e potencialidades físicas, intelectuais, criativas, entre outras); iii) que mesclam *transferências monetárias e não monetárias*; e iv) que se estruturam a partir de um imperativo

2. Sobre a crescente interdependência e a multiplicação das relações entre os dois circuitos, ver Silveira (2004), Montenegro (2006) e Diniz (2016).

de *reprodução ampliada da vida coletiva*, isto é, são grupos que se organizam economicamente em busca do “desenvolvimento das capacidades e oportunidades sociais dessas pessoas” (Coraggio, 2000, p. 104). Esse setor é formado por atividades heterogêneas, comportando desde associações e cooperativas, pequenas empresas e negócios familiares até catadores e comerciantes ambulantes, mutirões e outras formas de ajuda mútua (ver Razeto *et al.*, 1983).

Mais recentemente, a socióloga Verónica Gago (2017, 2018) se ampara na categoria *economia popular* para descrever as “formas que o trabalho vivo assume, hoje, fora da fábrica” (*Ibid.*, 2018, p. 1). Para a autora, a desestruturação do Estado de Bem-estar Social (jamais consolidado plenamente na América Latina), a crise do fordismo e a entrada em um regime de acumulação flexível, o processo de financeirização e endividamento e, por fim, a desindustrialização e o desemprego estrutural fizeram com que grande parte da população dos países latino-americanos tivesse que procurar formas de produção e reprodução em um contexto de precarização dos postos de trabalho formal. Todos os elementos apontados anteriormente forçaram o trabalho a assumir formas variadas *para além da fábrica* – ocupando ruas, calçadas, casas, vizinhanças, bairros e o centro das cidades. Gago dá o nome de *economias barrocas* à forma como as práticas de cálculo de lucro e de precificação e outras expressões da racionalidade neoliberal são constantemente assimiladas, pluralizadas e contestadas pelas classes populares. Essas novas formas de trabalho mostram que a sobrevivência em meio ao novo cenário capitalista neoliberal e financeirizado depende da multiplicação de estratégias que articulem o mercado e as dinâmicas capitalistas, mas que reorientem os frutos das atividades para a reprodução ampliada da vida coletiva, configurando o que a autora chama de *neoliberalismo desde baixo*.

Estudando o caso da feira La Salada³, Verónica Gago mostra como a dissolução do mundo do trabalho desencadeia um processo de multiplicação das formas e das subjetividades trabalhistas “em situações em que o salário (quando existe) não é a única ou mesmo a principal fonte de renda” (Gago, 2018, p. 32). Nas economias populares, a renda do trabalho também passa por um processo de diversificação de usos, formando *microeconomias proletárias* (*Ibid.*, p. 36) de toda sorte: mutirões, coletivos e grupos de ajuda mútua, transações sem contrapartida monetária, redistribuição de alimentos, roupas e outros bens, empréstimos sem juros/lucro, entre outros. O sentido do dinheiro e da remuneração acaba recon-

3. A Feira La Salada é uma feira popular formada na periferia de Buenos Aires durante o período de crise na Argentina na virada do século. Atualmente a feira conta com cerca de 1.800 postos de vendas, uma circulação de 20 mil pessoas por dia e movimenta aproximadamente 9 milhões de dólares por semana (Matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, de 25 abr. 2020).

figurado pelas dinâmicas coletivas de reprodução ampliada, sujeitado a outras lógicas de funcionamento que operam e constituem um sentido de comunidade.

No Brasil, a noção de *economia popular* aparece vinculada à proposta da *economia solidária*, sendo pensada a partir da junção dos dois termos na figura da *economia popular e solidária* (EPS). A articulação entre os dois conceitos sugere um reconhecimento da base popular sob a qual as relações econômicas de solidariedade se dão e se intensificam. É nas formas de articulação dos setores populares em torno de dinâmicas orientadas para a reprodução ampliada da vida coletiva que podemos pensar uma nova forma de economia que não se oriente para a produção e para o acúmulo, mas para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos nos processos produtivos e suas capacidades de reprodução. A solidariedade aparece, portanto, como horizonte, pensado desde as práticas de comunalidade, reciprocidade, domesticidade e outras já existentes entre as classes populares.

Para Paul Singer (2000; 2002), economista que teve papel central no movimento de reconhecimento e incorporação da EPS pelo Estado brasileiro, a economia solidária poderia ser pensada como modo de produção intersticial, como economia não capitalista ou mesmo como alternativa radical ao capitalismo. A EPS teria surgido da própria necessidade de garantia da reprodução das classes populares nos espaços e territórios não alcançados pela modernização desigual e seletiva. No entanto, a politização desse movimento tem revelado para os próprios envolvidos que a EPS pode se apresentar como uma alternativa superior ao capitalismo, na medida em que alia a produção com outros valores importantes para a emancipação social e preservação/conservação ambiental. Singer (2004) ainda considera que a EPS poderia desencadear uma nova trajetória de *desenvolvimento solidário*, muito próximo à ideia de *desenvolvimento endógeno* proposta pelos economistas da teoria cepalina. O desenvolvimento solidário seria uma forma de desenvolvimento que reorienta o sentido da atividade econômica para as pautas prioritárias de um país e de um povo (ecologia e conservação, redistribuição e igualdade, desenvolvimento social, entre outros).

Nos últimos anos, as noções de economia popular e de economia solidária têm sido mobilizadas e interpretadas como parte de um movimento mais amplo em torno da proposição de uma *outra economia* e de uma *economia diversa*. O conceito de “outras economias” tem sido amplamente mobilizado para descrever uma miríade de práticas econômicas que vão na direção de uma contestação da economia capitalista, propondo um retorno aos “princípios de solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, [e] da emancipação social” (Cattani *et al.*, 2009, p. 9). O termo “outras” serve, simultaneamente, para definir i) um conjunto de

práticas que se apresentam como alternativas ao capital; ii) uma lógica produtiva e reprodutiva que não se orienta pela lógica dominante da acumulação de capital e de lucro; e iii) uma multiplicidade aberta, heterogênea e plural de práticas que ressignificam o próprio imaginário daquilo que se pensa como economia. O *Dicionário internacional da outra economia* é representativo dessa multiplicidade quando vemos o agrupamento de práticas diversas sob esse mesmo prisma: Bancos Comunitários, Comércio Justo, Cooperativas de Trabalho, Economia Popular, Economia Solidária, Terceiro Setor etc.⁴

A proposta de uma *economia diversa*, apresentada pelo coletivo de geógrafas Gibson-Graham, parte do entendimento de que há um discurso capitalocêntrico que domina o imaginário coletivo e que apresenta o modo de produção capitalista como única alternativa possível (Gibson-Graham, 2019). Para as autoras, esse discurso é capaz de representar o capitalismo como sistema supostamente ubíquo, dinâmico, monolítico e resiliente, enquanto desqualifica e hierarquiza as demais práticas econômicas como inferiores, inviáveis, sem escala e inacreditáveis. Daí a necessidade de produzir uma linguagem da *diferença econômica* que seja capaz de i) identificar *outras economias* que se baseiam em outros princípios orientadores para além do lucro e da acumulação; e de ii) visibilizar a multiplicidade de formas outras de se fazer economia que já existem.

Essa concepção vai ao encontro das discussões mais recentes em torno da obra do historiador e antropólogo Karl Polanyi. Uma vasta literatura tem proposto o retorno aos seus escritos como ponto de partida para “(...) desvendar o significado e as possibilidades de[ssas] práticas econômicas” (Coraggio, 2014, p. 2014). A obra de Polanyi tem aberto caminhos importantes para a reflexão em torno das alternativas ao capitalismo, em particular por evidenciar o caráter instituído do processo econômico e a multiplicidade de princípios de integração econômica que operam numa determinada sociedade. Para Polanyi, a ideia de que o mercado seria uma estrutura econômica natural presente em todas as sociedades e a troca uma tendência inata ao ser humano (*Homo economicus*) são falácias derivadas de uma concepção de economia anacrônica e “utópica”. Em seu livro *A grande transformação*, o autor mostra como a centralidade do mercado com princípio organizador da economia é resultado de uma recente e profunda dissolução das relações sociais preexistentes pela transformação das relações entre homem e natureza e a posterior transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias fictícias. Amparando-se em etnografias e estudos sobre as populações primitivas, no entanto, Polanyi mostra como o mercado sempre teve um papel

4. Ver, por exemplo, o sumário do *Dicionário...* em Cattani *et al.* (2009).

secundário nas relações econômicas desses povos, sendo grande parte das trocas e dos processos (re)produtivos orientados por outros princípios econômicos: a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade (Polanyi, 2011; 2012).

Ainda com Polanyi, podemos compreender as economias como “construções políticas e não o mero resultado natural de processos evolutivos” (Coraggio, 2014, p. 18-19). Isso significa que a hegemonia de um determinado modo de produção, como é o caso do capitalismo, depende menos da evolução de uma tendência supostamente presente entre os humanos e mais da manutenção constante da predominância da troca de mercadorias e do mercado sobre os outros modos de integração econômica. A persistência de outros modos e outras racionalidades econômicas no interior do sistema capitalista mostra que a reversão desse quadro requer uma prática sociopolítica que postule uma supressão do princípio de mercado como único princípio possível, ou, em outras palavras, um *reenraizamento* da economia. Os cenários de crise, como os das crises econômicas mais recentes, mas também o decorrente da pandemia de covid-19, nos reconvidam a pensar como diferentes formas de organização das atividades econômicas (produção e reprodução) poderiam ser mais adequadas para um momento em que a dependência entre humanos e a necessidade de ações coordenadas se tornam de suma importância. É nos momentos de crise que se revelam os limites do mercado e do mecanismo de preços na organização das atividades humanas, e que uma série de outras necessidades e imperativos ressurgem, evocando princípios e práticas de solidariedade que jamais desapareceram entre as comunidades humanas.

2. O QUE A PANDEMIA DIZ SOBRE AS OUTRAS ECONOMIAS (E SOBRE NÓS)?

A pandemia do vírus covid-19 alterou as formas de viver, de trabalhar e produzir em todo o planeta. A necessidade do distanciamento social nos obrigou a olhar para os nossos tempos, nossos lares, condomínios, bairros e cidades. Esse olhar mais apurado para as lógicas cotidianas explicitou a intensa conexão entre as decisões e realidades individuais e os processos coletivos. O vírus, apesar de nos afastar fisicamente, nos aproximou através das telas, e, ao mesmo tempo, colocou luz sobre as diversas facetas da crise societária que nos assola.

A crise explicitada pela pandemia se manifesta de diferentes formas. De um lado, temos a crise ambiental, que se revela de modo dramático na crise climática. Em segundo lugar, a crise de representação, nos mais diversos níveis, visível

no baixo nível de organização social, no movimento das *fake news* e na desconfiança na ciência. Ainda, a crise dos Estados de bem-estar, pressionados pela lógica de austeridade e ao mesmo tempo demandados de maneira crescente pela população, especialmente por sua parcela mais desfavorecida. Por fim, a crise do trabalho, que se manifesta na precarização, nos processos de migração em massa, na perda dos direitos trabalhistas e nas taxas de desemprego, levando, junto a outros processos, ao acirramento das desigualdades sociais.

Pode-se dizer, seguindo Santos (2020), que a crise se origina na tríade capitalismo, colonialismo, patriarcado, que constituem modos de dominação interligados, onipresentes nas sociedades, mas invisíveis na sua essência. Essa característica permite que a tríade se reforce em momentos de crise aguda, direcionando seus custos para os corpos historicamente mais vulneráveis. De fato, as diversas faces da crise, evidenciadas na pandemia, apresentam efeitos distintos entre os grupos sociais. Para parte deles, a vulnerabilidade era uma condição prévia, que se agrava no contexto atual: as mulheres, as pessoas negras, os trabalhadores informais, as populações de rua, os moradores das periferias pobres, os migrantes ilegais e os refugiados (Santos, 2020; Nisida; Cavalcante, 2020; Rodrigues; Cavalcante; Faerstein, 2020).⁵

O que se vivenciou foram múltiplas formas de quarentena, segmentadas por classe, gênero e raça. No Brasil, os efeitos da pandemia se mostraram muito mais agudos para os moradores das periferias, especialmente as mulheres e as pessoas negras. As condições de moradia, a precariedade do trabalho, a dependência do transporte público inadequado, entre outros fatores, contribuem para a maior exposição das pessoas negras não apenas à Covid-19, mas a diversas outras enfermidades. Essa condição explicita também a disputa pela redistribuição de riquezas via política fiscal (gastos e tributação) e a disputa pelo acesso e pela qualidade dos serviços públicos (Cavallero; Gago, 2020).

A pandemia revelou, ainda, a centralidade do cuidado nas nossas vidas, via trabalho pago e não pago. As dinâmicas de *home office* e de ensino a distância, embora necessárias durante o distanciamento social, concentraram a carga de trabalho sobre as mulheres. Em outras palavras, o trabalho feminino e precarizado sustentou, em diversas situações, a quarentena, sendo acompanhado, mui-

5. Em Nota Técnica produzida pelo grupo Colmeia em abril de 2020, alertamos para os efeitos imediatos da pandemia sobre os trabalhadores da economia popular urbana, que correspondiam a aproximadamente 20% da população ocupada na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2018. A situação de vulnerabilidade desses trabalhadores se associa principalmente à dependência do espaço urbano para a comercialização e às formas de remuneração não baseadas na relação salarial (Diniz; Guerci; Silva, 2020).

tas vezes, da ampliação das violências sofridas pelas mulheres (Cavallero; Gago, 2020).

Mais recentemente, ficaram evidentes os efeitos da pandemia e da crise sistêmica sobre a desigualdade de renda e a insegurança alimentar. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 23,5% da população brasileira vivia em insegurança alimentar média ou grave entre 2018 e 2020.⁶ Esse percentual era de 33,1% quando se considera a América Latina. Em relação aos impactos na pobreza e na distribuição de renda, o estudo feito por Neri (2021), pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social) aponta que, entre 2019 e 2021, houve queda de 9,4% na renda individual média do brasileiro, incluindo informais, desempregados e inativos, sendo que entre os 50% mais pobres a perda foi de 21,5%⁷. Com a queda, a renda real *per capita* do trabalho desse grupo chegou a R\$172,00 no segundo trimestre de 2021. Como consequência, observa-se o agravamento da desigualdade de renda no país, com o índice de Gini saltando de 0,6279, em 2019, para 0,640, em 2021 (Neri, 2021).

Por outro lado, a pandemia revelou que nossas sociedades são capazes de se adaptar a novos modos de viver. O uso dos aparatos eletrônicos possibilitou a continuidade – ainda que parcial – das dinâmicas de afeto, de ensino e de trabalho. As dinâmicas de consumo se alteraram, valorizando-se a produção caseira, artesanal e local. O espaço dos lares se modificou, dividindo-se entre lugares e instrumentos de trabalho e de lazer. O contexto pandêmico mostrou, ainda, a necessidade da vida coletiva e a urgência do aprofundamento dos processos democráticos nas nossas decisões, das menores e mais cotidianas, àquelas de maior alcance. Todos esses movimentos favorecem a discussão e a busca por alternativas ao modelo vigente.

Torna-se possível ficar em casa e voltar a ter tempo para ler um livro e passar mais tempo com os filhos, consumir menos, dispensar o vício de passar o tempo nos centros comerciais, olhando para o que está à venda e esquecendo tudo o que se quer, mas que só se pode obter por outros meios que

6. Valor médio entre os anos. “A insegurança alimentar moderada descreve uma situação em que a capacidade de uma pessoa para obter alimentos está sujeita a certas incertezas, e ela foi forçada a reduzir, às vezes ao longo de um ano, a qualidade e/ou quantidade da comida que come, por falta de dinheiro ou outros meios. Por outro lado, a insegurança alimentar grave refere-se a um cenário em que uma pessoa provavelmente ficou sem comida, está com fome e, em sua versão mais extrema, não come há dias, colocando sua saúde e bem-estar em risco” (FAO *et al.*, 2021, p. 8, tradução nossa).

7. O cálculo não contempla os pagamentos do Auxílio Emergencial, que foram interrompidos no fim de 2020, porém inclui os pagamentos do Bolsa Família do primeiro semestre de 2021.

não a compra. A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra. Mostra-se que só não há alternativas porque o sistema político democrático foi levado a deixar de discutir as alternativas. Como foram expulsas do sistema político, as alternativas irão entrar cada vez mais frequentemente na vida dos cidadãos pela porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros. Ou seja, as alternativas voltarão da pior maneira possível (Santos, 2020, p. 6).

Dito de outro modo, na pandemia, fez-se evidente a necessidade de construção, ou de reconstrução, de uma economia a serviço da sociedade e da vida. A dicotomia economia e saúde ou economia e vida, que operou em grande parte do período no nível do Estado, é superada pelas práticas cotidianas em torno do bem comum. Durante a pandemia, vimos surgir e se fortalecer diversos movimentos desse tipo, como coletivos de solidariedade e apoio mútuo, na sociedade civil organizada, nos bairros, entre vizinhos, entre familiares, e também nas universidades. Essas práticas têm origem tanto na consciência da interdependência social, em grande parte associada ao contexto da pandemia, quanto na atuação de organizações com histórico de trabalho nos territórios, em dinâmicas contra-hegemônicas.⁸

Em parte, estas alternativas mais não são do que manifestações de uma economia popular que foi resistindo aos processos de proletarização e de competição mercantil; em parte elas radicam numa economia comunitária que o individualismo possessivo da modernidade se encarregou de eclipsar; e, em parte, elas constituem um sábio arranjo de formas diversas de produzir, trocar e consumir que permitem viver melhor com os outros e com a natureza. Muitos de nós designamos essa realidade como economia solidária, mas estamos conscientes de que mais importante do que a designação – o nome que lhe damos – é a coisa em si – uma outra economia menos competitiva e mais fraterna (Hespanha, 2020, p. 04).

As alternativas pensadas e postas em prática durante a pandemia podem se articular a debates vinculados mais diretamente às outras economias, como os esforços possíveis na direção de uma economia social e solidária de grande alcan-

8. Hespanha (2020) traz um vasto mapeamento de experiências de resposta à crise pandêmica em Portugal, orquestradas pelo setor público, por empresas, instituições do ensino superior e fundações. Ao enfatizar as 187 experiências de economia solidária organizadas pela sociedade civil durante a pandemia, o autor ressalta a habilidade da economia solidária em identificar e resolver problemas nos territórios, no âmbito dos cuidados, desenvolvimento local, digitalização, entre outros.

ce. Toda a transformação evidenciada pela pandemia de Covid-19 e a comoção coletiva em torno de outras formas de organização das atividades de produção e reprodução podem dar vazão a uma profunda reflexão sobre os limites do sistema econômico vigente e as possíveis alternativas que já existem no nível local. Na seção seguinte, discutimos o potencial dessas outras economias diante da pandemia e o horizonte que se apresenta no pós-pandemia.

3. O QUE PODEM AS OUTRAS ECONOMIAS DIANTE DA PANDEMIA (E NO PÓS-PANDEMIA)

Como vimos, as possibilidades das outras economias durante e no pós-pandemia passam pela compreensão de que a crise gerada pela Covid-19 não resulta de um despertar de novos problemas, mas sim de processos históricos que se mostram contraditórios e insustentáveis para a reprodução da vida humana e não humana no planeta Terra. As crises ambientais, de representação, dos Estados de bem-estar e do trabalho são dimensões interconectadas de uma crise também anunciada por Polanyi (2011) desde meados do século passado, fundamentada na desintegração social causada pela economia de mercado e que perdura a partir da aniquilação da subsistência humana e natural da sociedade. Diante disso, as outras economias se apresentam não apenas como alternativas para suavizar os efeitos catastróficos da pandemia, mas também como novos caminhos que possibilitam construir soluções para as causas e as consequências da crise desde a sua origem.

O grande potencial das outras economias diante da pandemia (e no pós-pandemia) está na sua capacidade de romper com a dicotomia entre a economia e a vida, característica do padrão de mercado que rege a sociedade moderna. O rompimento com essa lógica disjuntiva aponta para a formação de territórios mais resilientes e autárquicos, para a preservação e construção de modos de integração que vão além das trocas nos mercados capitalistas e para a diversificação e expansão dos meios de vida fundamentais para a reprodução humana. São características que se expressam na proteção social advinda de redes de ajuda mútua, na manutenção dos empregos da economia local e na segurança e soberania alimentar proveniente de sistemas alimentares locais sustentáveis. Além disso, as outras economias reaproximam as questões econômicas da política e da ética (Coraggio, 2014), tornando-as uma peça-chave em um processo de recuperação que seja centrado nas pessoas e sensível ao planeta (UNTFSSSE, 2020).

Do ponto de vista da reaproximação entre economia e política, a relevância das outras economias está em sua característica de governança democrática, que

dá voz e atribui direitos aos agentes envolvidos nas decisões de planejamento, garantindo a participação de grupos e comunidades na esfera pública, e tornando o processo econômico democrático e justo. Portanto, por estar enraizada em movimentos emancipatórios, com uma construção política baseada na governança democrática, a formação e expansão de outras economias contribuem para a emancipação de povos e comunidades mais vulneráveis às crises econômicas, sociais e ambientais (UNTFSSSE, 2020).

A solidariedade, a sustentabilidade, a participação e a autogestão são elementos políticos presentes nessas organizações, que durante o período de crise permitiram visualizar com ainda mais clareza os possíveis caminhos que as outras economias podem preparar. As populações indígenas e tradicionais, as ribeirinhas, as camponesas, os catadores, os entregadores de aplicativos, entre outros grupos organizados, ao mesmo tempo que sofrem o ônus de um sistema concentrador e desigual, constroem os caminhos alternativos para uma transição que seja de fato justa e democrática:

As outras economias estão enraizadas em movimentos de luta pela terra, águas e florestas, movimentos de moradia, movimentos socioterritoriais, movimento de desempregados, movimento ambientalista, movimento negro, movimento feminista, movimentos em defesa da cultura popular, movimento da luta antimanicomial e tantos outros que construíram e constituem a agenda das esperanças emancipatórias da atualidade (Molina *et al.*, 2020, p. 174).

A reaproximação entre a economia e a ética está no entendimento das práticas econômicas como provedoras da dimensão material responsável pela reprodução da vida, e no reconhecimento da natureza como um ecossistema do qual fazemos parte, sendo a relação entre seres humanos e natureza guiada por uma racionalidade econômica que objetiva a reprodução (Coraggio, 2021). Essa reaproximação constitui uma das formas de reapropriação da economia pela sociedade, e juntamente com a relação entre economia e política, se expressa na territorialização das outras economias (França Filho *et al.*, 2020). Por isso, o papel das outras economias também passa pela reconstrução das economias locais, uma vez que, por estarem enraizadas nos territórios, representam um mecanismo fundamental para a criação de oportunidades (através de ações coletivas), expansão da proteção (através da assistência mútua) e empoderamento dos indivíduos e comunidades (através da gestão democrática) (UNTFSSSE, 2020).

São reaproximações que, no contexto de crise, podem ser observadas na produção e distribuição de alimentos, tendo em vista o contexto de inflação e a “pandemia da fome” exposta pela FAO e pelo Programa Mundial de Alimentos

(PMA) (WFP, 2020). Para a solução da questão alimentar, junto a essas organizações, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), coletivamente, sugerem mudanças nos nossos sistemas alimentares, reconhecendo que “a reconstrução das economias após a crise da pandemia de Covid-19 oferece uma oportunidade única de transformar os sistemas alimentares globais e torná-los resistentes a crises futuras, garantindo uma nutrição sustentável e saudável para todas e todos” (UNEP, 2020). Para isso, propõem cadeias de suprimentos alimentares resilientes, dietas saudáveis, agricultura regenerativa e conservação ambiental. Nesse processo, a agricultura familiar, representada por diferentes grupos sociais, possui um papel central na reorganização econômica devido à sua capacidade de qualificar os sistemas de produção e de encurtar as cadeias de distribuição, e a consequente preservação e regeneração do meio natural, responsável pelas matérias naturais necessárias à vida. Além disso, por parte relevante dos seus estabelecimentos estarem inseridos em sistemas de produção sustentáveis, enraizados nas economias locais e regionais, ela contribui para a consolidação de sistemas alimentares resilientes e para a soberania alimentar em tempos de crise, em especial as sanitárias.

Nesses sistemas, observam-se práticas de comercialização que preconizam alimentos saudáveis, sustentáveis e de pequenos produtores, redes de comercialização local, como feiras e grupos de compras coletivas, como também Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), que se voltam para o financiamento dos produtores e respectivos vendedores de alimentos saudáveis. São sistemas que conectam o produtor ao consumidor por critérios que não se resumem ao menor preço, mas, principalmente, à origem do produto, o que gera impacto em toda a cadeia de produção.

Diante das considerações apresentadas, algumas experiências do período de crise nos ajudam a compreender o leque de possibilidades a partir das outras economias. Na dimensão sanitária, como menciona o documento da Força Tarefa das Nações Unidas para a Economia Social e Solidária (UNTFSSSE, 2020), soluções inovadoras no âmbito da saúde foram encontradas por cooperativas e empreendimentos sociais e solidários na África e na América Latina. Sem a intenção de substituir a saúde pública, mas sim desempenhar um papel complementar com um modelo de saúde comunitária, essas organizações facilitaram o acesso a serviços de saúde para pessoas que vivem com HIV, além de inspirarem a elaboração de políticas de saúde pública.

No âmbito da produção e distribuição de alimentos se observa grande potencial das outras economias para a construção de sistemas alimentares susten-

táveis. Percebe-se, segundo o mesmo documento, crescimento significativo, em muitos países, de sistemas locais baseados na Economia Social e Solidária, com serviços de entrega de alimentos direto do campo para o consumidor final, como as CSAs e os esquemas de cestas de alimentos. Observa-se também aumento do número de cooperativas de produtores e consumidores, de novas plataformas de venda direta produtor-consumidor, como também o crescimento do cultivo próprio de alimentos (UNTFSSSE, 2020).

No Brasil, o estudo de Futemma *et al.* (2021) com pequenos produtores e gestores/técnicos de órgãos governamentais e não governamentais aponta para algumas dessas tendências. Com uma amostra abarcando indivíduos de São Paulo, Amazonas e Pará, as autoras identificaram redes de ações solidárias tanto para a ajuda aos produtores, para mitigar os prejuízos da produção, quanto de ações dos produtores para ajudar outros grupos sociais vulneráveis, por meio de doações de alimentos ou produtos de limpeza e higiene. Essas ações podem ser observadas entre os próprios grupos sociais que são historicamente privados do acesso aos recursos básicos, e que possuem nas outras economias suas estratégias de reprodução. Um exemplo visto ocorreu na região do Vale do Ribeira, em São Paulo, onde comunidades tradicionais, com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA), forneceram mais de 500 cestas de produtos de pesca caiçara e da roça dos quilombos para grupos indígenas Guarani e comunidades de quilombo (ISA, 2020 *apud* Futemma *et al.*, 2021).

Outro caso interessante das ações solidárias promovidas para a doação de alimentos é o do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que até o início de 2022 havia doado mais de 6 mil toneladas de alimentos e 1.150.000 marmittas durante a pandemia, sendo a maioria dos alimentos proveniente de assentamentos e acampamentos do MST. A ação só foi possível devido às campanhas de doações financeiras realizadas por apoiadores do Movimento, que arrecadaram fundos que possibilitaram a conexão entre os produtores e os consumidores finais (Furtado, 2022). Outra experiência foi promovida pela Central Única das Favelas (CUFA)/Mães da Favela, que, assim como o MST, realizou campanhas para a arrecadação financeira, revertendo em “cestas digitais” (auxílio financeiro no valor de R\$120) e “cestas físicas” (alimentos e materiais de limpeza e higiene pessoal) para a população feminina das periferias urbanas do Brasil. Em 2020, a organização atendeu um total de 1.502.358 famílias, sendo 1.441.408 com as cestas físicas e 60.950 com as cestas digitais (CUFA, 2020).

As estratégias de produção e comercialização de alimentos também passaram por mudanças no âmbito das outras economias, a partir das restrições impostas pela pandemia. Observa-se o papel importante das CSAs para agricultores orgâ-

nicos, que relataram aumento da demanda por hortaliças e frutas frescas durante o período. Além disso, percebe-se que o uso de redes sociais se tornou o principal meio para o escoamento da produção, fazendo com que o acesso à internet se tornasse uma ferramenta indispensável para os agricultores (Futemma *et al.*, 2021). Na Argentina, diante das quedas observadas em diferentes setores da economia popular, o setor de alimentos frescos, em especial a horticultura familiar e agroecológica, mostrou-se inovador, adaptando as estratégias de comercialização. Em resposta às restrições impostas à circulação, os produtores investiram na venda ambulante nos próprios bairros, no envio ao domicílio e no uso de redes sociais para oferecer os produtos. Pelo lado dos consumidores, observou-se a multiplicação das redes de compras de cestas de produtos frescos e as compras de organizações associativas, direto dos produtores familiares de sua localidade (Marzi; Hintze; Vazquez, 2020).

Entre os empreendimentos solidários argentinos de setores que foram mais afetados pela crise, observa-se um padrão característico das organizações autogestórias: a manutenção dos postos de trabalho e o ingresso de novos trabalhadores. Segundo o estudo de Marzi, Hintze e Vazquez (2020), as organizações da Economia Social e Solidária afetadas pela pandemia desenvolveram diversas estratégias para que essa característica fosse mantida, apesar das quedas nas atividades e nos rendimentos. As estratégias utilizadas são variadas, mas em geral relacionam-se com a diversificação dos recursos, somando recursos de diferentes fontes e pensando a queda das entradas que se obtinham via mercado. Como apontam os autores, a característica essencial dessas organizações é sustentar seus projetos associativos a partir de estratégias solidárias, buscando atravessar a crise “com todas e todos dentro” (Marzi; Hintze; Vazquez, 2020, p. 206, tradução nossa).

Na mesma esteira, diante do aumento do desemprego – principal causa da queda de renda no Brasil (Neri, 2021) –, as outras economias ocupam um importante papel para a inserção econômica e geração de renda, característica presente nas primeiras experiências da economia solidária, desde os primórdios do capitalismo industrial (Singer, 2002). Pesquisa realizada no Vale do Jequitinhonha Mineiro (Galizoni, 2021), durante a pandemia, aponta para o meio rural como destino de uma migração de retorno, em consequência da perda do emprego, da queda da renda e do distanciamento social. Esse fenômeno representa o retorno de pessoas que vendiam a força de trabalho em outras regiões, e que são reinseridas em uma organização social que se sustenta, para além das relações de mercado, por práticas de domesticidade e reciprocidade (Ribeiro, 2013). Da mesma forma, elas retornam para uma região em que iniciativas da sociedade civil foram organizadas para proporcionar o acesso aos alimentos e fortalecer

as vendas dos agricultores familiares (Galizoni, 2021). Assim, a migração de retorno se caracteriza como um fenômeno em territórios que possuem nas outras economias uma importante estratégia de reprodução social, e que representam um porto seguro de grupos sociais economicamente vulneráveis.

As possibilidades existentes a partir das outras economias nos orientam a pensar em estratégias e políticas públicas que condicionarão o momento pós-pandêmico não em direção ao “retorno à normalidade” ou de “resgate da economia”, uma vez que, para muitas, retornar a essa condição significa manter-se em uma situação de vulnerabilidade. As causas e as consequências da pandemia nos colocam diante da necessidade de pensar uma nova normalidade, enraizada em outras economias, que evita desequilíbrios como os que provocaram o surgimento da Covid-19 e sua ampla consequência para a reprodução da vida. Pela perspectiva de Polanyi (2011), significa institucionalizar outras economias a partir de ações de visibilização, da construção política e da mudança estrutural, como veremos a seguir.

4. O QUE PODEMOS NÓS DIANTE DAS OUTRAS ECONOMIAS?

VISIBILIZAR E COMPREENDER

Como complexificar o debate sobre as outras economias e, ao mesmo tempo, inseri-lo em uma perspectiva de ação concreta no âmbito dos governos, das universidades e da sociedade civil? Um primeiro passo necessário implica avançar na compreensão dessas práticas econômicas, no sentido de visibilizá-las como experiências existentes nos territórios e com potencial de ampliação e replicação por todo o país.

Tal esforço de compreensão e de visibilização deve passar, inicialmente, por tentativas de diagnósticos expandidos dessas experiências. No Brasil, a economia solidária foi abarcada em dois mapeamentos nacionais, coordenados pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), resultando nos dados do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES. Na última edição do mapeamento, ocorrida entre 2009 e 2012, foram identificados cerca de 20 mil empreendimentos solidários no Brasil, localizados em 2.713 municípios e agregando 1,4 milhão de trabalhadores.⁹ Esse diagnóstico, embora permeado por

9. Dados disponíveis em: <<http://sies.ecosol.org.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

problemas logísticos diversos, que levaram, inclusive, ao subdimensionamento das experiências (ver Diniz, 2016), permitiu observar a diversidade e potência da economia solidária no país, como sua vinculação a outros movimentos sociais, a priorização de públicos específicos, como mulheres e idosos, e a predominância de práticas autogestionárias e democráticas (Gaiger, 2013). Atualmente, os empreendimentos participantes dos fóruns – fóruns municipais, estaduais, regionais e Fórum Brasileiro de Economia Solidária – reúnem-se no Cadastro da Economia Solidária – CadSol. O Cadastro, no entanto, contempla poucas questões de caracterização dos empreendimentos. Sendo assim, o país carece de uma pesquisa de amplo alcance que permita caracterizar a situação atual das experiências, e que possibilitaria verificar, por exemplo, quem e quais são os seus agentes, quais as suas relações com o setor público e com o setor empresarial, quais as suas demandas e como se posicionaram e se posicionam diante da pandemia e da crise.

Do ponto de vista da economia popular, os esforços de mapeamento esbarram na dificuldade de identificação das práticas, uma vez que: i) não existe uma definição suficientemente precisa que permita distinguir as práticas da economia popular de outras existentes; ii) as categorias das pesquisas domiciliares no Brasil não permitem a identificação de algumas características próprias da economia popular, como, por exemplo, se os meios de produção são de posse dos próprios trabalhadores. Outro gargalo nessa identificação está relacionado ao caráter territorial dessas experiências: a única pesquisa domiciliar com representatividade municipal é o Censo Demográfico (IBGE), que ocorre decenalmente, o que restringe sobremaneira possibilidades de diagnóstico que possam apoiar a construção de políticas no nível municipal, por exemplo.¹⁰

Na escassez de mapeamentos compreensivos da realidade brasileira, alguns coletivos de pesquisa e extensão universitárias têm se dedicado à elaboração de diagnósticos de experiências locais vinculadas à economia popular. Esses trabalhos permitem vislumbrar características das economias das periferias urbanas, ressaltando seu caráter misto, uma vez que se encontram, ao mesmo tempo, inseridas nos sistemas de produção capitalistas, reproduzindo algumas de suas influências, e, por outro lado, são regidas por princípios de comportamento como os

10. Diniz (2016), em um esforço de mapeamento da economia popular a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, identificou que cerca de 20% dos trabalhadores ocupados nos dois anos se integravam à economia popular. Entre as práticas da economia popular, destacavam-se aquelas de caráter familiar e realizadas no próprio domicílio, voltadas ao comércio local ou às cadeias de produção globais, nos setores de confecções, cuidados pessoais, fabricação de alimentos, pequeno comércio local e reciclagem. A mesma metodologia de identificação foi utilizada para análises de Minas Gerais (Alves; Fernandes; Diniz, 2020) e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Diniz; Silva; Guerci, 2020), chegando a resultados semelhantes.

da reciprocidade e da domesticidade, configurando economias plurais (Laville, 2009), inclusive com representatividade expressiva das trocas não monetárias.

Lago (2019) e Soltec (2012) trazem os resultados do projeto “A Economia Solidária em Territórios Populares” (2011), desenvolvido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em quatro comunidades no Rio de Janeiro. Ressaltam, entre outros resultados, o papel pedagógico da inserção dos trabalhadores em experiências de trabalho associativo, e a relevância do estudo centrado nas trajetórias de vida dos produtores e de suas famílias, e não necessariamente nos resultados financeiros dos empreendimentos. Já Kraychete (2021) utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 para identificar os trabalhadores da economia popular urbana na Região Metropolitana de Salvador. Complementa a análise com informações de pesquisa primária realizada pela Comissão de Articulação dos Moradores da Península de Itapagipe, em 2001, e pesquisa de 2012 ligada ao Programa Vida Melhor Urbano, implementado pelo governo do estado da Bahia, ambas concentradas nos trabalhadores residentes nas periferias pobres de Salvador. São encontrados, ainda, trabalhos voltados a grupos específicos de trabalhadores, como a dissertação de mestrado de Cordeiro (2020), que tratou dos trabalhadores ambulantes que atuam no transporte urbano em Belo Horizonte.

No âmbito da América Latina, o livro da socióloga Verónica Gago (2017), já mencionado na primeira seção, apresenta pesquisa extensa realizada junto à Feira La Salada, no Conurbano de Buenos Aires. A pesquisa foi responsável por demonstrar um elo importante entre crise e precarização dos postos formais de trabalho e a multiplicação de figuras proletárias que não se baseiam ou não estão centradas em relações assalariadas. Já o Grupo de Trabalho CLACSO “Economía popular: mapeo teórico y práctico” publicou, em 2020, um informe sobre as realidades das economias populares na América Latina, recorrendo a pesquisas e estudos existentes na Argentina, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Peru e Venezuela.

No caso da economia solidária, também identificamos experiências de coletivos universitários que buscaram identificar a situação dos empreendimentos no território. O Grupo Colmeia, da Face/UFMG, realizou, em 2020 e 2021, pesquisas com empreendimentos da economia popular solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte, através de formulários online, concluindo que foram diversas as dificuldades de continuidade das iniciativas no contexto de pandemia. Ao diagnóstico, seguiu-se uma série de ações de intervenção, como a capacitação para uso de redes sociais e ferramentas de marketing, bem como a realização de encontros e trocas de experiências entre produtores e produtoras. Outros relatos

são encontrados em periódicos como a revista *Otra Economía*, voltada à reflexão sobre iniciativas de economia social e solidária na América Latina.

Outro conjunto de mapeamentos se organiza em torno da agricultura familiar e da agricultura urbana. Uma importante referência nesse campo é o projeto de Mapeamento e Caracterização das Agriculturas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, desenvolvido pelo grupo Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!), da UFMG -, em parceria e complementar a projetos similares que vinham sendo desenvolvidos por outras organizações, como a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU).¹¹ O projeto, iniciado em 2013, permitiu identificar e evidenciar a diversidade de experiências das agriculturas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, destacando o conjunto de experiências cotidianas e alternativas de cultivo e distribuição de alimentos, como a agricultura familiar, a produção no quintal, na laje e em pequenos espaços, em ocupações urbanas, acampamentos e assentamentos da reforma agrária, em hortas comunitárias, hortas institucionais e hortas independentes, como também em sítios e chácaras (Almeida, 2016).

RECONHECER E FOMENTAR

Para além das tentativas de compreensão das outras economias, é necessário reconhecer sua relevância em nossos processos econômicos, de modo a fomentá-las como desencadeadoras de processos de geração de trabalho, renda e desenvolvimento territorial. Tal movimento precisa passar tanto pelas instituições produtoras de conhecimento, como as universidades, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e instituições de ensino técnico, quanto pelo Estado e por nossas pequenas decisões enquanto sujeitos políticos: trabalhadores, estudantes, consumidores, eleitores, vizinhos etc. Dada a distância entre as realidades das outras economias e a montagem das políticas públicas atuais - organizadas, majoritariamente, em torno do trabalho assalariado formal, embora este historicamente ocupe apenas parcela minoritária dos nossos trabalhadores (Kraychete, 2021) - não há como traçar ações de fomento sem partir de formas criativas e inovadoras.

Nos anos recentes, alguns governos estaduais e municipais têm se destacado em sua atuação diante da economia solidária e popular. A prefeitura de Maricá, município do estado do Rio de Janeiro, tornou-se, recentemente, alvo de atenção por sua atuação junto à economia solidária e popular. A Lei Municipal nº 2.448, de 2013, de iniciativa do poder executivo municipal, criou o Programa Muni-

11. Ver em Almeida (2016).

pal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá, cujas ações se voltam ao desenvolvimento do comércio local, priorizando a ampliação da circulação de recursos no território. As ações do Programa se dividem nos eixos: i) transferência de renda; ii) educação popular; iii) fomento aos empreendimentos coletivos e solidários; e iv) soberania alimentar (Silva; Morais; Santos, 2020).

A Lei supracitada criou o programa de transferência de renda municipal “Renda Mínima Mumbuca”, complementar ao Programa Bolsa Família, que destina recursos às famílias de baixa renda através da moeda social Mumbuca. Essa abordagem de finanças solidárias inspirou-se no caso do banco Palmas, localizado em Fortaleza, e demandou a criação do banco comunitário e popular de Maricá (Banco Mumbuca) e do Fórum Municipal de Economia Solidária do município. Além da transferência de renda via moeda social, destacam-se o Programa de Crédito Produtivo Solidário Mumbucred, voltado aos pequenos produtores e comerciantes dos municípios, ações de formação e apoio a empreendimentos, compras públicas da produção local e atividades formativas para os jovens (Pereira *et al.*, 2020).

O caso da prefeitura de Araraquara, no estado de São Paulo, também se destaca por seu histórico de quase duas décadas de atuação voltada à economia solidária. Na gestão de 2005 a 2008 foi criado o Programa Municipal de Economia Solidária. Desde então, as ações se organizam através de parcerias com universidades, institutos federais e instituições do Sistema S. Destaca-se ainda a inserção da economia solidária em diversos programas da prefeitura, dialogando com temas como desenvolvimento rural, direitos humanos, cultura e educação (Silva; Morais; Santos, 2020).

O município de Santiago, no Rio Grande do Sul, também apresenta uma experiência inovadora na promoção de políticas públicas voltadas para as outras economias, através das moedas sociais e dos sistemas agroalimentares sustentáveis. A prefeitura do município, no contexto da pandemia, instituiu um Projeto de Lei denominado “Pila Verde”, que tem como objetivo diminuir os custos do recolhimento de lixo orgânico no município. O projeto consiste na valorização dos resíduos orgânicos produzidos pelas famílias. Os resíduos produzidos nos domicílios podem ser trocados pela moeda social “pila verde”, e passam a ter como finalidade a produção de adubo orgânico, que são destinados aos agricultores familiares do município. A “pila verde”, por sua vez, é utilizada na compra dos alimentos da agricultura familiar, criando, assim, uma dinâmica circular na economia local, uma vez que o resíduo orgânico, a “pila verde”, o adubo orgânico e a produção e comercialização de alimentos com menos agrotóxicos, se conec-

tam em uma mesma cadeia. Desse modo, o projeto busca promover uma política socioambiental a partir do lixo orgânico, envolvendo o poder público, os municípios e os agricultores familiares. É uma experiência que se mostra com potencial para a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis, fundamentados em práticas e relações econômicas de cooperação (Sá, 2020; Chaves; Nogueira, 2021).

Por fim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a prefeitura municipal de Contagem vem desenvolvendo, desde 2021, projetos de apoio à economia popular solidária, por meio do cadastramento e planos de ação para os trabalhadores ambulantes, criação de feiras permanentes e temporárias de economia solidária no território do município, além de atividades de formação junto ao fórum municipal de economia solidária. As iniciativas têm ocorrido através da reativação do fórum municipal de economia solidária e de parcerias com universidades e organizações do Sistema S.

Essas iniciativas foram impulsionadas pela ação direta do poder público municipal, estando integradas a gestões interessadas em desenvolver projetos de geração de trabalho e renda com foco na economia solidária e nas finanças solidárias. Em outros casos, como nos governos estaduais da Bahia e do Maranhão, a política se desenvolveu a partir da organização de base dos empreendimentos e de suas demandas populares. Nesses casos, as ações também se estruturam em torno dos eixos de assistência técnica, comercialização, inovação e crédito (Silva; Moraes; Santos, 2020).

Em todos os exemplos citados, observa-se a necessidade de articulação entre setor público e sociedade civil organizada para a produção de respostas coletivas para problemas de organização econômica. O reconhecimento das ações já existentes nos territórios deve ser acompanhado pelo fomento através de capacitação técnica, assessoria, articulação de redes e circuitos de escoamento da produção, crédito e assistência financeira, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo propôs tratar as possibilidades das outras economias no contexto pós-pandêmico, momento privilegiado para discutir e pensar alternativas às formas hegemônicas de trabalho e de produção, diante da insuficiência do sistema econômico atual em dar respostas significativas à pandemia e dos efeitos do período da pandemia sobre nossas vidas e decisões. A necessidade de construção, ou de reconstrução, de uma economia a serviço da sociedade e da vida já vem mobilizando reflexões e iniciativas no âmbito dos organismos multilate-

rais, de governos nacionais e subnacionais. No caso brasileiro, infelizmente, não existem incentivos ou esforços no âmbito federal. A despeito disso, os fóruns de economia solidária, as redes de agricultura familiar e urbana e de catadores de materiais recicláveis, os coletivos indígenas e quilombolas, entre outros grupos vinculados às outras economias, permanecem ativos e ocupando papel relevante na crise recente do trabalho e da renda.

Incorporar efetivamente as outras economias aos debates e à elaboração de ações territoriais e voltadas ao desenvolvimento implica partir de outra concepção de economia, mais atrelada à noção de *economia substantiva* proposta por Polanyi (2012). Para o antropólogo, “o significado substantivo provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver” (Polanyi, 2012, p. 63). A necessidade de repensar processos produtivos e reprodutivos alinhados com as novas demandas do Antropoceno, com a crise climática, e também com as novas urgências provenientes da desarticulação dos mecanismos de bem-estar, nos coloca na esteira do pensamento sobre as outras economias.

Deve-se ressaltar que, mais do que um pensamento utópico, elaborado dentro das universidades, as outras economias já existem e são responsáveis pela reprodução e manutenção da qualidade de vida de uma ampla parte dos setores populares. Essas práticas econômicas constituem um conjunto significativo de formas de trabalho e de produção da população mais pobre do país, para quem as noções de solidariedade e de cuidado sempre foram cruciais para a sobrevivência coletiva cotidiana. As estratégias aqui apontadas apostam na visibilização e no fomento dessas atividades como pontos importantes para a compreensão da própria natureza da economia brasileira e de suas possibilidades de organização autônoma e transformadora a partir de princípios solidários e democráticos.

Do ponto de vista da visibilização, chamam atenção os esforços de mapeamento, de caracterização e de dimensionamento. Apesar dos avanços recentes, há muito que ser feito no sentido de uma ampliação desses movimentos. Em particular, o fomento de ações de mapeamento a nível municipal e regional, apoiando-se na estrutura capilarizada e territorializada dos fóruns de economia solidária e de outras instâncias do governo, como as secretarias de desenvolvimento social. O retorno dos incentivos às universidades, em especial à extensão universitária, também se mostra uma estratégia efetiva nesse sentido, uma vez que grande parte dos avanços recentes ocorreram em interface com as universidades e o movimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

Quanto ao fomento, muito ainda precisa ser feito em termos de reconhecimento legal e de amparo jurídico no âmbito governamental. O fortalecimento

de cadeias produtivas já existentes e o reconhecimento do potencial de desenvolvimento local e territorial dessas experiências passam pela construção de ações inovadoras. As boas práticas já existentes no âmbito dos municípios e estados, tratadas na seção anterior, podem servir como ponto de partida para novas elaborações e articulações.

Por fim, não se deve subestimar o papel das pequenas decisões cotidianas, de cada um de nós, para a visibilização, o reconhecimento e o fomento das outras economias. Referimo-nos, aqui, à nossa inserção em sociedade como consumidores, trabalhadores e eleitores, e às múltiplas escolhas a ela atreladas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniela A. O. *Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)*. Tese (Doutorado em Geografia) - Belo Horizonte: Instituto de Geociências/UFMG, 2016.
- ALVES, Evandro Luis; FERNANDES, Bruno S.; DINIZ, Sibelle C. O PDDI-RMBH e as possibilidades de um desenvolvimento endógeno desencadeado pela economia popular metropolitana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1-30, 2020.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. Crack up! Feminismo, pandemia y después. *El Salto Diario*, abr. 2020.
- CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.
- CHAVES, Darlene Cristina C.; NOGUEIRA, Carmem Regina D. Políticas públicas durante a Covid-19: o pioneirismo do projeto “pila verde” no município de Santiago-RS. *Anais X Jornada Internacional Políticas Públicas: trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia; consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2021. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_619_619611408d1f-0d3c.pdf> ISSN 2175-280X. Acesso em: 15 abr. 2022.
- CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel *et al.* (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: vozes, 2000. Pp. 91-133.
- CORAGGIO, José Luis. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. Dossiê: teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina. *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 31, jun. 2014.
- CORAGGIO, José Luis. La pandemia y Después: Nueve líneas de investigación en Economía Social y Solidaria. *Otra Economía*, v. 14, n. 26, p. 3-13, jul.-dez. 2021.
- CORDEIRO, Bruna B. “SUBIR E DESCER ‘BATENDO’”: uma análise das práticas dos vendedores ambulantes nos espaços de mobilidade do BRT Move de Belo Horizonte e Região Metropolitana. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- CUFA - Central Única das Favelas. *Fundo Solidário Covid-19 para Mães das Favelas*, 2020. Disponível em: <<https://www.maesdafavela.com.br/2020>>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- DINIZ, Sibelle C. *Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Economia) - Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2016.

DINIZ, Sibelle C.; SILVA, Gabrielle L.; GUERCI, Mariana R. *Economia popular urbana e o covid-19: desafios e propostas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, MG: Cedeplar-UFMG, 2020. (Nota técnica).

FAO; FIDA; OPS; WFP; UNICEF. *América Latina y el Caribe: Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2021: estadísticas y tendencias*. Santiago de Chile: FAO, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cb7497es>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; MAGNELLI, André; EYNAUD, Philippe. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. *Revista NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 167-184, maio-out. 2020.

FURTADO, Lays. MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FUTEMMA, Celia; TOURNE, Daiana Carolina M.; ANDRADE, Francisco A. V.; SANTOS, Nathália M.; MACEDO, Gabriela S. S. R.; PEREIRA, Marina E. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 16, n. 1, 2021.

GAGO, Verónica. *Neoliberalism from Below: Popular Pragmatics and Baroque Economies*. London: Duke University Press, 2017.

GAGO, Verónica. What are Popular Economies? *Radical Philosophy*, 2.02, 2018.

GAIGER, Luiz Inácio G. O mapeamento nacional e o conhecimento da Economia Solidária. *Revista da Associação Brasileira de Estudos em Trabalho*, v. 12, n. 1, p. 7-24, jan./jun. 2013.

GALIZONI, Flávia M. (Coord.). *Boletim informativo: efeitos da Covid-19 sobre a agricultura familiar, alimentos e água no Vale do Jequitinhonha Mineiro*. 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/storage/b/4/d/9/b4d98f635c882bd25963a09bf91f983d_16371687288002_2128415928.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GIBSON-GRAHAM, J. K. *A Diverse Economy: Rethinking Economy and Economic Representation*. Disponível em: <<http://avery.wellesley.edu/Economics/jmatthaei/transformationcentral/solidarity/solidaritydocuments/diverseeconomies.pdf>>. 2019. Acesso em: 2 maio 2022.

GRUPO DE TRABAJO CLACSO ECONOMÍAS POPULARES: MAPEO TEÓRICO Y PRÁCTICO. Informe “*Economías populares en la pandemia. Cartografía provisoria en tiempos de aislamiento y crisis global*”. CLACSO, 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/07/InformeClacso_FINAL-FINAL.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

HESPANHA, Pedro. *A vulnerabilidade das instituições sociais básicas e a resposta solidária de primeira linha*. 2020. Mimeografado.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Quilombolas e caiçaras distribuem 15 toneladas de alimentos para comunidades vulneráveis*. 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/quilombolas-e-caicaras-distribuem-15-toneladas-de-alimentos-para-comunidades-vulneraveis>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

KRAYCHETE, Gabriel. *Economia dos setores populares: o trabalho para além da norma salarial*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

LAGO, Luciana C. Economia popular e solidária no Brasil urbano: as políticas e suas pesquisas. *Revista E-Metropolis*, v. 38, p. 6-19, 2019.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia Plural. In: CATTANI, Antonio D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

MARZI, María Victoria D.; HINTZE, Susana; VAZQUEZ, Gonzalo. Argentina: políticas y organizaciones de Economía Social y Solidaria en la pandemia. *Otra Economía*, v. 13, n. 24: p. 201-215, jul.-dic. 2020.

MOLINA, Wagner de S. L.; SANTOS, Aline M.; CARVALHO, Ana Maria R.; ALMEIDA, Neli Maria C.; SCHIOCHET, Valmor. A economia solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. *Otra Economía*, v. 13, n. 24, p. 170-189, jul.-dic. 2020.

MONTENEGRO, Marina R. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NERI, Marcelo. *Desigualdade de impactos trabalhistas na pandemia*. FGV Social: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NISIDA, Vitor C.; CAVALCANTE, Lara A. Racismo e impactos da Covid-19 na população da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU*, v. 6, n. 10, p. 151-174, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/article/view/rbdu_nisida>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PEREIRA, Amanda S. N. et al. As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 70, p. 171-182, set. 2020.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAZETO, Luis et al. *Las organizaciones económicas populares*. Santiago: Ediciones PET, 1983.

RIBEIRO, Eduardo M. (Org.). *Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RODRIGUES, Igor de A.; CAVALCANTE, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [on-line], v. 30, n. 03, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300306>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SÁ, Eduardo. *Pila Verde: a moeda social no interior do Rio Grande do Sul que também protege o meio ambiente*. ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, 2020. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2020/11/02/pila-verde-a-moeda-social-no-interior-do-rio-grande-do-sul-que-tambem-protege-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SANTOS, Boaventura de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países sub-desenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Sandro P.; MORAIS, Leandro P.; SANTOS, Dayvid Souza. Repertório programá-

tico e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 70, set. 2020, p. 213-228.

SILVEIRA, Maria Luisa. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. *Cuadernos del Cendes*, ano 21, n. 57, p. 1-21, set./dez. 2004.

SINGER, Paul I. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, maio/ago, 2004, p. 7-22. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000200001>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SINGER, Paul I. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul I. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOLTEC - Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. *A economia solidária em territórios populares: uma pesquisa exploratória sobre o tecido socioproductivo em quatro comunidades da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SOLTEC/Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, 2012.

SOUZA, André Ricardo; AUGUSTO JÚNIOR, Fausto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. *P2P & INOVAÇÃO*, v. 7, edição especial, p. 8-25, set. 2020/fev. 2021.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Por que precisamos de sistemas alimentares sustentáveis no mundo pós-pandemia*. 2020. Disponível em: <<https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/por-que-precisamos-de-sistemas-alimentares-sustentaveis-no-mundo#:~:text=A%20reconstru%C3%A7%C3%A3o%20das%20economias%20ap%C3%B3s,saud%C3%A1vel%20para%20todos%20e%20todas>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNITED NATIONS INTER-AGENCY TASK FORCE ON SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY (UNTFSSSE). What Role for the Social and Solidarity Economy in the Post Covid-19 Crisis Recovery? *UNTFSSSE Statement*, June 2020.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). *Statement to UN Security Council*. 21 Apr. 2020. Disponível em: <<https://www.wfp.org/news/wfp-chief-warns-hunger-pandemic-covid-19-spreads-statement-un-security-council>>. Acesso em: 15 abr. 2022.